



CÂMARA DE ATIVIDADES MINERÁRIAS
Ata da 53ª reunião, realizada em 29 de novembro de 2019

1 Em 29 de novembro de 2019, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades
2 Minerárias (CMI) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), na
3 sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
4 (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares e
5 suplentes: o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão, representante da
6 SEMAD. Representantes do poder público: Maria Eugênia Monteiro, da
7 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Verônica
8 Ildefonso Cunha Coutinho, da Secretaria de Estado de Governo (Segov);
9 Henrique Oliveira Carvalho, da Secretaria de Estado de Trabalho e
10 Desenvolvimento Social (Sedese); Paulo Eugênio de Oliveira, da Companhia de
11 Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig); Anderson Peixoto
12 Amparo, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
13 Renováveis (Ibama); Rômelo Amarildo Vasconcelos Costa, da Agência Nacional
14 de Mineração (ANM). Representantes da sociedade civil: João Carlos de Melo,
15 do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Denise Bernardes Couto, do
16 Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindiextra); Fabiana
17 Aparecida Garcia, da Federação das Associações Comerciais e Empresariais
18 do Estado de Minas Gerais (Federaminas); Lúcio Guerra Júnior, do Fórum
19 Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas (Fonasc);
20 Adriana Alves Pereira Wilken, do Centro Federal de Educação Tecnológica de
21 Minas Gerais (Cefet-MG); Newton Reis de Oliveira Luz, do Conselho Regional
22 de Engenharia e Agronomia (Crea). **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO**
23 **HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2)**
24 **ABERTURA.** O presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão declarou aberta a 53ª
25 reunião da Câmara de Atividades Minerárias. **3) COMUNICADOS DOS**
26 **CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** O presidente Yuri Rafael de Oliveira
27 Trovão fez leitura de mensagem da SEMAD comunicando sobre a implantação
28 do Sistema de Licenciamento Ambiental (SLA): “Já está disponível o Sistema de
29 Licenciamento Ambiental (SLA), que é um instrumento da Secretaria de Estado
30 de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) que transforma a
31 solicitação, a análise e decisão das licenças ambientais em um processo 100%
32 digital. Com o novo sistema, toda a entrada de documentos, análise processual,
33 contato com o empreendedor e informações a respeito do deferimento ou não
34 da licença serão feitos de forma eletrônica. Além disso, todo empreendimento
35 alvo do licenciamento ambiental será cadastrado de forma online, com envio da
36 documentação necessária pela internet.” Em seguida, foi feita exibição de vídeo
37 institucional da SEMAD sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental.

38 Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “Só em relação ao vídeo, uma dúvida que
39 surgiu. Na hora que a pessoa faz a solicitação de documentação,
40 preenchimento, tudo que mostrou ali, a partir daí, qualquer cidadão também já
41 tem acesso a essa solicitação ou só depois da aceitação pelo órgão ambiental?”

42 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu creio que sim, conselheiro. Tem
43 um módulo de visitante, em que se terá acesso à toda documentação.
44 Obviamente, tem aqueles em relação a segredo, que a pessoa teria que solicitar
45 segredo. Vamos supor, tem uma característica do processo que seria um
46 segredo empresarial. Então pode pedir. Esse documento fica inelegível no
47 sistema. Mas no módulo visitante teria acesso a toda a documentação acostada
48 no processo eletrônico.”

49 Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “A partir da
50 solicitação da pessoa que está solicitando o empreendimento já fica o processo
51 disponível, mesmo sem análise ainda da SEMAD?”

52 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu creio que sim e posso até confirmar depois para o senhor.
53 Nós entendemos que a partir do momento em que fez o upload e disponibilizou
54 para a Secretaria verificar ele formalizou o processo. Então o processo
55 formalizado se torna público. Então eu entendo que sim. Mas vou confirmar e
56 trazer para o senhor. Embora pelo artigo 27 seja depois da votação da ata que
57 colocamos os pedidos de retirada de pauta e de inversão, eu vou adiantar para
58 os senhores aqui – porque às vezes alguma pessoa tem que sair: eu vou retirar
59 de pauta o item 6.1, Anglo American Minério de Ferro, extensão da Mina Sapo,
60 e o item 7.1, Mineração Duas Barras, e vou explicar o motivo. O primeiro motivo,
61 em relação ao processo da Anglo, é que nós temos a recomendação do
62 Ministério Público, que foi um pedido feito na reunião anterior, que deu um
63 prazo de 48 horas para providenciarmos a resposta em relação à permanência
64 ou não do processo em pauta. Na verdade, recomenda que seja retirado de
65 pauta e, caso não fosse retirado, que justifique no prazo de 48 horas. Essa
66 justificativa não foi feita. Dessa provocação realizada pelo Ministério Público,
67 levou-se à discussão dentro da própria Secretaria de Meio Ambiente, e, dessa
68 discussão, levou uma consulta à Advocacia Geral do Estado em relação à
69 aplicação do artigo 12 da Lei de Segurança de Barragens. A AGE ainda não se
70 manifestou. Como a AGE não se manifestou, eu não vou trazer esse processo
71 para debate. Então estou acatando a recomendação do Ministério Público em
72 relação a esse processo, vou retirá-lo de pauta. Acatamos também assim a
73 solicitação feita pelo Fonasc. E também nós temos a manifestação do secretário
74 executivo do COPAM, Hidelbrando Neto, que eu vou ler aqui para os senhores:
75 ‘Ilustríssimo senhor presidente da Câmara de Atividades Minerárias (CMI) do
76 Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM). Recebemos a
77 recomendação nº 7/19 do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), datada
78 de 11 de novembro de 2019, recomendando a retirada de pauta do processo
79 administrativo para exame de Licença de Operação 00472/2007/016/2019, da
80 empresa Anglo American. Pelos argumentos nela contidos e com o intuito de
subsidiar os debates e a deliberação desse ilustre Conselho, informamos que a

81 Secretaria enviou consulta à Advocacia Geral do Estado (AGE), órgão
82 responsável pela interpretação e orientação jurídica do Estado de Minas Gerais.
83 Considerando que a consulta ainda se encontra em análise, sugerimos à
84 Presidência a retirada do processo administrativo em tela de pauta, nos moldes
85 do artigo 27 da Deliberação Normativa COPAM nº 177, de 22 de agosto de
86 2012, que estabelece o Regimento Interno do COPAM'. Recebi esse
87 comunicado ontem. Quem subscreve é o Hidelbrando Canabrava Rodrigues
88 Neto, secretário executivo do COPAM. Então eu já adianto que vou retirar de
89 pauta. Já adianto também o item 7.1 da nossa pauta. Eu vou ler para os
90 senhores aqui a solicitação do empreendedor dirigida à Supram Norte, na qual
91 eu sou diretor de Controle Processual. 'Ilustríssimo senhor, a Mineração Duas
92 Barras Ltda., diante da sugestão pelo indeferimento do pedido de renovação da
93 Licença de Operação, por não apresentar desempenho ambiental, segundo o
94 parecer 701057/2019, vimos solicitar o arquivamento do processo. A Mineração
95 Duas Barras entrará com novo processo de regularização ambiental a partir de
96 um licenciamento corretivo, sendo apresentadas as reais atividades de
97 operação, que por sua vez são bem menores que as atividades solicitadas para
98 renovação. Colocamo-nos à disposição para maiores esclarecimentos. Todos os
99 contatos podem ser realizados através da nova consultoria ambiental e
100 procuradoria no endereço eletrônico e telefones abaixo.' Esse pedido de
101 arquivamento nós publicamos ontem. Então eu vou retirar esses dois processos
102 de pauta. Como eu falei para os senhores, conforme o artigo 27, eu tiraria após
103 os 'Comunicados dos Conselheiros e Assuntos Gerais', mas eu já vou adiantar
104 isso." Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: "Da mesma maneira que veio uma
105 manifestação formal do Estado, na pessoa do Sr. Hidelbrando, na 51ª reunião
106 também esse processo esteve em pauta e foi retirado de pauta. Eu fiz essa
107 cobrança ao senhor, que ainda continua presidindo aqui, por duas vezes, a
108 mesma manifestação, e o senhor não soube falar. Eu gostaria de saber e
109 continuo reiterando qual foi o motivo de o processo da Anglo American ter sido
110 retirado de pauta na 51ª reunião. E da mesma maneira, na 52ª reunião, essa
111 recomendação do Ministério Público já era de conhecimento do Estado. Já
112 tinha, inclusive, um memorando do Estado que falava pela manutenção do
113 processo em pauta. Então são duas solicitações minhas. Eu sou até impedido
114 de participar do processo da Anglo American, mas estou questionando aqui em
115 relação ao andamento processual como um todo, no caso específico sobre a
116 Anglo, mas poderia ser sobre qualquer empreendimento, e eu estaria fazendo
117 as mesmas perguntas. Então em relação à 51ª reunião o motivo pelo qual foi
118 retirado de pauta, e na 52ª por que não houve essa manifestação. Inclusive, já
119 tinha um documento oficial, segundo o Parecer Único do Sistema, falando que a
120 reunião poderia acontecer." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:
121 "Conselheiro, o senhor já fez essas considerações, foram encaminhadas ao
122 Hidelbrando, e eu não posso falar por ele. Eu posso falar pelos meus atos, e,
123 quando cito alguma resposta dele, é o que ele nos encaminhou. Nós vamos

124 reforçar, novamente, essa solicitação do senhor para ver se pelo menos na
125 próxima reunião nós temos. As minhas decisões os senhores têm de plano.
126 Sempre quando eu tenho algum posicionamento, eu faço aqui na presença dos
127 senhores e de imediato. Em relação à solicitação do senhor, nós vamos reiterar
128 ao Hidelbrando para que traga as informações ou encaminhe para o senhor as
129 informações.” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “De certa forma, o senhor
130 sugere que eu também faça isso diretamente a ele?” Presidente Yuri Rafael de
131 Oliveira Trovão: “Eu creio que não é necessário, porque está gravado, você já
132 fez essa solicitação. Sempre quando tem uma solicitação dos senhores, a
133 própria Secretaria encaminha isso. Agora, o Hidelbrando estava de férias e
134 retornou há pouco tempo. Salvo engano, deve ter três ou quatro dias. Mas eu
135 creio que ele vai responder ao senhor. Não sei se na próxima reunião. Mas
136 faremos o esforço junto a ele para trazer essa resposta para o senhor.” Maria
137 Teresa Viana de Freitas Corujo/Ambientalista: “Eu me inscrevi porque, caso não
138 tivesse sido retirado de pauta, eu ia falar sobre a questão da retirada de pauta
139 do item 6.1. E um outro assunto para o qual eu me inscrevi tem a ver com o que
140 ocorreu em Congonhas, onde houve tremores. Eu quero reiterar para ficar
141 constando em ata que, quando conselheira desta Câmara, eu vim apontando
142 nos pareceres de vista a questão da alta probabilidade de sismos de pequena
143 magnitude no Quadrilátero. Existem artigos a respeito, existe, inclusive,
144 possibilidade de se mostrar que esses sismos, reiteradamente, acontecem no
145 Quadrilátero. Eu vim colocando a necessidade de que nesse território essa
146 questão fosse considerada de uma forma mais responsável. E quando eu
147 escutei que em Congonhas teve aqueles tremores na noite dessa semana – não
148 lembro qual o dia –, imediatamente, eu pensei na barragem Casa de Pedra. Eu
149 estou querendo reafirmar aqui de novo, como cidadã agora, que esse assunto
150 tem que ser devidamente tratado porque, além da questão de as barragens de
151 rejeito serem bombas-relógio por causa da quantidade de água e dos riscos de
152 falta de controle ambiental no território do Quadrilátero Ferrífero-Aquífero, nós
153 temos essas estruturas no território, e a questão dos sismos, a questão
154 geológica relacionada com isso, não está sendo tratada da forma que tem que
155 ser tratada. O rompimento da Herculano, em 2014, que matou três
156 trabalhadores, eu vi o processo na época, preparei um parecer de vista, e tem
157 relatório técnico dizendo que ela rompeu em setembro, sem qualquer água ou
158 chuva, por causa de uma questão de um sismo de pequena magnitude, de abril,
159 que foi gerando situações que levaram ao rompimento. Nós temos no
160 rompimento da Samarco, em 2015, no relatório internacional, que era uma
161 estrutura em colapso com várias questões graves, mas que provavelmente o
162 sismo de pequena magnitude que teve no dia 5 de novembro pode ter sido o
163 gatilho. Então eu estou reiteradamente falando isso nesta Câmara, estou
164 falando isso para o Estado e até hoje não vi nenhum encaminhamento no
165 sentido de se olhar a questão das barragens de rejeito no Quadrilátero
166 Ferrífero-Aquífero considerando isso. Então se um dia essa fala do Engenho em

167 Congonhas, a falha do Fundão lá embaixo do complexo da Samarco e as outras
168 questões ligadas a sismologia, em vez de serem de pequena magnitude – 1.2,
169 1.4, 1.7 –, por alguma questão do planeta Terra, forem maiores, essas duzentas
170 e tantas estruturas de rejeito nesse território estão permanentemente em cima
171 das pessoas e dos nossos cursos d'água. Porque nós não vamos nunca nos
172 calar de informar, dizer, alertar, denunciar, para constituir provas de
173 responsabilização. Essas estruturas tinham que ser olhadas com um olhar para
174 além do interesse minerário, que é mantê-las lá para aproveitar o rejeito.
175 Tinham que ser olhadas com projetos de engenharia ou outras tecnologias para
176 que se pare de vez com essas bombas-relógio em cima do nosso território. O
177 que aconteceu em Congonhas é uma prova clara de que não é a Teca
178 ambientalista exagerada que vem aqui fazer terrorismo. Quem está fazendo
179 essa situação são as empresas de mineração, e a irresponsabilidade de tratar
180 as questões que têm que ser tratadas. Como eu tenho 60 segundos, eu quero
181 colocar a outra questão: falta de acesso à informação ambiental,
182 reiteradamente, no Siam. Eu faço vista, permanentemente, para atender
183 pedidos de socorro do território, entro no Siam como visitante e posso afirmar:
184 80%, 70% dos documentos não estão disponíveis para a sociedade civil via
185 Siam visitante. E vou fazendo print screen e coletando centenas de provas de
186 que a sociedade não tem acesso às informações dos processos de
187 licenciamento. E quando eu entro com login e senha, de conselheira, pasmem:
188 vários documentos não estão digitalizados, e, quando estão, também não
189 consigo acesso. Que fique registrado porque isso reiteradamente ocorre neste
190 Sistema Estadual de Meio Ambiente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:
191 “É por isso que nós estamos implantando o sistema de licenciamento eletrônico.
192 Realmente, o sistema nosso do Siam é falho, e se Deus quiser, com esse
193 sistema de licenciamento eletrônico, isso vai ser alterado.” Ana Flávia Moreira
194 Santos/Pesquisadora da UFMG: “Eu gostaria de aproveitar que assistimos ao
195 vídeo e também me referir à fala da Teca para solicitar a imediata
196 disponibilização no Siam de todos os documentos e relatórios técnicos
197 mencionados no Parecer Único do licenciamento do alçamento da barragem da
198 Anglo American, que foi retirado de pauta. Porque eu, como pesquisadora, e
199 vários alunos que estão aqui, inclusive, que são testemunhas, que tentaram
200 acessar documentos cruciais para o processo, todos diretamente relacionados
201 aos direitos das comunidades que estão sendo severamente afetadas, e não
202 conseguimos. Inclusive, temos print screen das telas, porque, dos que estão lá,
203 os documentos ficam baixando e não baixam. Dos que estão lá. Então eu
204 gostaria de solicitar, já que o Estado entendeu por retirar de pauta, que esses
205 documentos sejam imediatamente disponibilizados, para a consulta de
206 pesquisadores, de comunitários, das pessoas interessadas e a sociedade civil
207 em geral.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como eu disse, o sistema
208 nosso é falho, o sistema Siam é falho, e não é pouco. Inclusive, nós, servidores,
209 sofremos com essas falhas do sistema. Mas só informar que ele é um dos

210 meios de disponibilização dos documentos. A senhora pode demandar a própria
211 Superintendência para apresentar toda a documentação. Com certeza, tem toda
212 a documentação digitalizada, e isso pode ser disponibilizado. Também é
213 disponibilizado o processo em meio físico para retirada de cópias. Então tudo
214 isso é disponibilizado para as pessoas que têm interesse em estar manuseando
215 esse processo. O processo é público. Mas com certeza o sistema do Siam é
216 falho, e é por isso, como colocado, como dito, nós estamos implantando um
217 sistema novo.” Ana Flávia Moreira Santos/Pesquisadora da UFMG: “Eu gostaria
218 só de fazer um comentário. Primeiro, nós estamos na era da informática, e a
219 sociedade civil tem direito a ser informada, a ser bem informada e comparecer
220 às discussões estando bem informada. O acesso a informação no mundo de
221 hoje é feito. Se o Estado não vê problema e consegue ter eficiência o suficiente
222 para fazer um sistema de licenciamento via internet ele deve ter a capacidade
223 também de dispor esses documentos via internet, que hoje é o modo como as
224 pessoas, efetivamente, acessam as informações. Além do mais, eu tive
225 oportunidade de consultar a documentação que foi colocada à disposição do
226 conselheiro do Fonasc, e há páginas que estão faltando. Então digitaliza-se o
227 protocolo e não digitaliza-se o documento, o documento crucial, que tem as
228 informações substantivas. Com base em que os conselheiros irão discutir sobre
229 o futuro desses territórios se a SEMAD disponibiliza o protocolo, mas não
230 disponibiliza a informação substantiva? Com base em que informação se
231 discutirá?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Com base na informação
232 do processo físico, que a senhora e qualquer outra pessoa têm acesso. É só se
233 encaminharem à Superintendência do Jequitinhonha que vão ter acesso ao
234 processo físico. Pode solicitar à Supram Jequitinhonha também a digitalização
235 de todo o processo. Então acesso existe. Alguns obviamente mais dificultosos
236 que outros, mas o acesso existe, sim.” Filipe Gaeta/Conceição do Mato Dentro:
237 “Meu nome é Filipe, sou secretário de Meio Ambiente de Conceição do Mato
238 Dentro. Eu queria pegar alguns assuntos gerais aqui que são importantes, não
239 específicos a nenhum empreendimento. Primeiramente, eu gostaria muito de
240 solicitar aos conselheiros que as Superintendências Regionais construíssem,
241 junto com a SEMAD, uma forma de análise de condicionantes. Hoje eu vou dar
242 um exemplo ridículo aqui. Não estou falando de nenhum processo específico.
243 Já vi em várias reuniões processos que não são de Conceição do Mato Dentro.
244 Eu vou dar um exemplo ridículo, mas que eu acho que sintetiza muito bem
245 como isso é feito hoje. Por exemplo, condicionante hoje aqui na Supram é o
246 seguinte: a mesma coisa que a minha mãe pedir para eu pagar uma conta hoje,
247 chega amanhã, ela me cobrar. ‘Você pagou a conta?’. E eu falar assim: ‘Não, eu
248 estou em pagamento, estou amarrando o tênis para ir para o banco.’ É isso que
249 acontece hoje, foi inventado aqui dentro uma coisa que se chama ‘em
250 cumprimento’. Isso não existe. Onde está escrito isso, em que local? Tem que
251 ter alguma regulamentação dentro da SEMAD do que é cumprir e não cumprir.
252 Ou, se essa coisa de ‘em cumprimento’ passou a existir, como isso é analisado,

o que é cumprir, o que não é cumprir, como é feita essa análise. Porque da forma como está, desde as primeiras reuniões em que eu venho aqui, desde 2008, 2009, eu vejo em todas as reuniões o mesmo assunto em pauta, e não há uma definição. Não sei qual seria a forma jurídica, uma deliberação normativa, uma portaria. Não sei. Mas de alguma forma o Estado tem que se manifestar e começar a regulamentar esse tipo de coisa, não dá para ficar em aberto essa coisa de 'em cumprimento'. Então qual é a definição? Pelo menos uma definição. Para se passar por uma nova fase é necessário cumprir as anteriores? Começa por aí. Isso não está escrito. Se a condicionante da LP pode ir para a LI sem ser cumprida na LP. O que é cumprir, o que não é cumprir. Está vinculada uma condicionante ao próximo processo de licenciamento? Não há nada escrito disso. Não é possível que com anos de licenciamento não se tenha um documento do Estado regulamentando esse tipo de coisa. São as discussões que são pautadas aqui em todas as reuniões em que eu venho aqui. Então eu não estou falando de nenhum processo específico, estou falando da vivência que tenho aqui como secretário, e antes também eu já vinha às reuniões. E não é possível que isso vai ficar em aberto eternamente. Esse é o primeiro ponto. O segundo ponto que eu gostaria de falar aqui é sobre documentos que o município já enviou ao Estado. Todas as minhas questões aqui são em relação ao Estado, não em relação a empresa ou a qualquer outra coisa. Se algum conselheiro quiser, depois eu posso fornecer formalmente à instituição que se manifeste. Eu tenho dezenas de documentos enviados ao Estado sem resposta, o Estado não responde nenhum documento que o município manda. Nós temos feito reuniões. Por exemplo, PCAs que nós temos discutido. Não estou falando sobre criticar ou outra coisa. Recomendações. Existem no município, por exemplo, questões sobre PCA, sobre mão de obra local. Nós fizemos reuniões com a Câmara Municipal, com toda a sociedade, para criar critérios do que seria mão de obra local, que é uma reclamação na cidade, e nunca foi respondido. Temos vários questionamentos sobre monitoramentos, até sugestões para melhoria dos monitoramentos que são feitos em relação às empresas e empreendimentos. Nunca foram respondidos. Eu estou aqui com um bolo de documentos, que nós fazemos. É muito trabalho gasto. Nós temos a gestão do território, nós temos que ser respeitados. Nós temos a gestão do território do município e estamos lá vendo a situação. Vários relatórios técnicos sobre comunidades, nenhum respondido. Todos os documentos estão aqui. Nós trabalhamos muito dentro do município criando documentos e mandando para as Superintendências Regionais, para não ter nenhuma resposta do Estado durante o processo. Eu tive uma fala aqui ano passado sobre esse assunto, em dezembro, dizendo que o município não é ouvido, não é respeitado, não é respondido. E aí foi falado aqui na reunião – vocês devem ter a gravação – dizendo que essas relações iriam se estreitar e que o município seria ouvido. É impossível formalizar esse tanto de documento, protocolados e enviados aos órgãos estaduais, e não ter nenhuma resposta

296 durante um ano. E depois vir aqui discutir licenciamento, que é o que vamos
297 fazer aqui. Foi o que eu falei, aos 48 do segundo tempo. 'Mas por que não
298 discuti isso antes?' Nós estamos tentando conversar o ano inteiro. Inclusive,
299 tem um convite aqui para a Supram para participar das reuniões do conselho
300 nosso, o Codema, um órgão deliberativo. A SEMAD não compareceu. Está aqui
301 formalizado. Então ficam essas duas considerações, essas duas reclamações
302 nos 'Assuntos Gerais', sem especificar nenhum assunto em pauta." Presidente
303 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Esclarecendo em relação ao primeiro ponto, em
304 relação às condicionantes. Há condicionantes que são necessárias, são
305 inerentes ao empreendimento, ao funcionamento do empreendimento, e essas
306 condicionantes têm que ser cumpridas para uma fase posterior. Outras
307 condicionantes não são inerentes ao funcionamento, elas podem estar 'em
308 cumprimento', pode ser 'descumprida'. Em nenhum desses casos levaria,
309 obrigatoriamente, ao indeferimento da licença em si. Isso por quê? Porque a
310 condicionante não é inerente ao funcionamento. Eu vou dar um exemplo. Um
311 exemplo meio esdrúxulo, mas vou dar um exemplo. 'Reformar a igreja de Santo
312 Expedito na comunidade tal'. Agora embora em que pese o Decreto 47.383
313 determine especificamente que as condicionantes estabelecidas têm que se
314 aterem às questões ambientais, mas era comum em alguns processos ter
315 condicionantes desse tipo. Essa condicionante inviabiliza a licença posterior?
316 Não. 'Entregar o protocolo de doação'. Inviabiliza a licença posterior? Não.
317 Agora, vamos supor, 'comprovar o cumprimento de instalação dos projetos de
318 automonitoramento, de saneamento'. Essas condicionantes já implicam em
319 relação à licença posterior? Sim. Então não é fácil. O senhor está desde essa
320 época, eu estou desde 2006 trabalhando na Supram. Então não é fácil
321 estabelecer com norma um procedimento disso, o que é condicionante
322 descumprida, o que leva ao descumprimento ou não. Então não é simples
323 assim. É por isso que nós temos essa discussão, e o fórum para a discussão é
324 este aqui mesmo." Anderson Silva de Aguiar/SEMAD: "Eu gostaria só de
325 complementar um pouquinho a fala do Dr. Yuri e trazer aqui um recorte
326 temporal. Eu tive oportunidade até na última reunião, com a fala da conselheira
327 Adriana, e trouxe aqui alguns requisitos. Realmente, tivemos um passado em
328 que era difícil de se fazer um acompanhamento de condicionantes. Em grande
329 parte, as condicionantes eram verificadas em um único momento. Mas a partir
330 de 2016, com a implementação de um sistema em 2017, nós passamos a
331 verificar a condicionante a partir do seu vencimento. Então todas as licenças
332 que são emitidas a partir do ano de 2017 têm os acompanhamentos a partir do
333 momento do vencimento do prazo estipulado na própria licença ambiental. Esse
334 foi um trabalho inicial, outros vêm sendo realizados a partir dessa data de 2017.
335 Nós lançamos agora, dia 5 de novembro, o SLA, que é o Sistema de
336 Licenciamento Ambiental, um sistema que traz grande transparência e
337 acompanhamento por toda a sociedade e órgãos de controle não só do
338 andamento do processo, mas do acompanhamento das condicionantes que

339 tratam as licenças ambientais a partir desse sistema. Nós sabemos que as
340 licenças antes dessa data, 2017, e também aquelas que não entraram no
341 sistema eletrônico, nós precisamos muito realizar sobre esses processos
342 administrativos. Mas dizer que não se faz nada também é uma coisa com que
343 não podemos concordar. Nós temos um corte temporal, realmente há um
344 passivo de licenciamento ambiental no Estado. Os processos estão sendo
345 analisados. Nós temos um prognóstico que mostra quando esses processos vão
346 ser todos analisados no Estado e não vai ter nenhum processo em passivo no
347 Estado de Minas Gerais. Vai ser o primeiro Estado dos 27 que não tem nenhum
348 processo em passivo, a partir do ano de 2020, no máximo, no primeiro semestre
349 de 2021. Então a partir desse momento em que vamos zerar o passivo de
350 licenciamento ambiental todas as condicionantes são avaliadas na sua data de
351 cumprimento. Sobre o acompanhamento do processo que o senhor comentou,
352 primeiro, as prefeituras, de uma forma geral, são entes federativos com a
353 constituição de poderes tais como o Estado. Então há um nível de igualdade
354 tanto na fiscalização quanto na sua emissão de atos. Esse é um dos motivos da
355 não participação do Estado no Conselho de Meio Ambiente Municipal, porque
356 nós estamos falando de poderes que se assemelham. Nós estamos na mesma
357 escala hierárquica quando se trata de atos autorizativos. Logo, ficariam dois
358 entes representando dentro do mesmo conselho a mesma matéria, em mesmo
359 nível. Então não é aconselhável, inclusive pela procuradoria jurídica nossa,
360 fazer participação em Codemas municipais. Nós fizemos esse questionamento,
361 inclusive, para entender se a nossa participação enriqueceria o Codema ou se
362 realmente geraria um conflito por estarem dois entes participando da matéria
363 que é concorrente a dois entes. E a resposta foi que o ideal não é participar,
364 para o ente municipal ter sua autonomia e abrir vaga para outro ente participar,
365 se a ideia é participarem entes do governo. Em relação também ao
366 acompanhamento das condicionalidades, todas as prefeituras – dividimos por
367 jurisdição de Supram – têm canal aberto com o poder do Estado, tanto que não
368 participa apenas daquele momento da declaração de conformidade, mas o
369 processo de licenciamento é aberto em todo momento para qualquer tipo de
370 manifestação. Nós temos ainda a Lei da Transparência, que tem prazo para
371 resposta. Então se o seu atendimento não foi dado em uma requisição isso
372 pode ser levado à Lei da Transparência, pois nós temos prazo para dar
373 resposta de todo tipo de requerimento. Eu não tenho registro de requerimentos
374 que não foram atendidos, até porque, quando temos uma solicitação pela Lei da
375 Transparência, isso vem pela Ouvidoria do Estado. Então logo temos um prazo
376 colocado. Eu te convido a conhecer melhor o nosso sistema, inclusive, abro o
377 gabinete para fazermos uma reunião, se necessário for, apresentar o que temos
378 evoluído de 2017, 2016, quais são as ferramentas que estão sendo utilizadas e
379 até poder explicar quais são as outras ferramentas que nós temos a lançar. Eu
380 falei aqui também na reunião passada do Desenvolvimento Ambiental no
381 Licenciamento, uma ferramenta que está em fase de experimentação, de teste,

382 mas certamente uma ferramenta que vamos utilizar para análise de processos
383 de licenciamento. Então ferramentas há, a transparência vem crescendo ao
384 longo do tempo. Eu não vou aqui ficar enriquecendo a fala com todos os
385 sistemas que nós temos de consulta, mas abro o gabinete para uma reunião e
386 um convite para explicar melhor e mais detalhadamente sobre esses pontos.”
387 Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “Sobre as falas aqui das pessoas que se
388 manifestaram agora, a Ana Flávia, por exemplo, trouxe a questão do Siam, de
389 não conseguir ter acesso a esses dados. O Fonasc foi solicitante de vista no
390 parecer da Anglo American. E como temos costume, inclusive, de pegar as
391 pastas físicas para fazer consulta no processo, nesse processo
392 especificamente, nos foi entregue um pen drive, um documento digitalizado,
393 falando que todos os documentos estavam ali, relativos a essa parte do
394 licenciamento. E na hora que fomos analisar o documento recebido realmente
395 não estava. Só para dar um exemplo, ‘cumprimento da condicionante tal’,
396 ‘cumprir isso, assim, assado’. Tinha o protocolo da Anglo falando que entregou
397 o documento ou estudo que seja, naquela data ‘x’. Mas o estudo propriamente
398 dito que estava dando cumprimento para aquela condicionante, várias
399 condicionantes, inclusive, não estava. Então como analisamos esse fato?
400 Inclusive, como conselheiro que realizou esse parecer de vista que foi tirado de
401 pauta, eu tive essa dificuldade de acesso a esses documentos também. Então
402 corroboro de certa forma a fala dela. Na fala do Filipe, ele, como ente
403 participante do Sisnama, não recebe a documentação solicitada. Ele como parte
404 do Poder Executivo deveria ter prontamente acesso a isso e não tem. E eu faço
405 aqui também a mesma denúncia. Tanto quanto pessoa física eu fiz vários
406 questionamentos ao Estado e não recebi até hoje respostas e como conselheiro
407 na Supram Jequitinhonha também de documentos que não foram entregues até
408 hoje. Então faço também esse endosso nas palavras do secretário de Meio
409 Ambiente de Conceição do Mato Dentro. Da mesma maneira, o Sr. Anderson
410 chega aqui corroborando isso da isonomia entre o Estado, o município, os entes
411 federativos nos atos autorizativos, que são parece que iguais. Então por que,
412 inclusive nesse processo, teve um ato da Secretaria de Meio Ambiente, que
413 falava que as condicionantes não estavam cumpridas, e foram desconsideradas
414 pelo Estado? Então é isonômico até que ponto?” Presidente Yuri Rafael de
415 Oliveira Trovão: “Eu creio – o próprio Anderson pode esclarecer melhor –,
416 conselheiro, que quando se fala em isonomia é em relação aos critérios de
417 competências estabelecidos pela Lei Complementar 140, que é muito clara: um
418 empreendimento só é licenciado por um único ente. Então não cabe ao
419 município determinar ‘não foi cumprida a condicionante’ em relação ao
420 empreendimento que está sendo analisado pelo Estado. Inclusive, ele pode até
421 falar, pode autuar, e no caso de duas autuações prevalece aquela do ente que
422 tem a capacidade e que está regularizando o empreendimento. Mas a questão
423 de isonomia é questão de competência de cada um dentro da sua capacidade
424 de estar regularizando ambientalmente. E já vou trazer aqui para o senhor,

425 conselheiro, sobre um questionamento que o senhor fez sobre a formalização
 426 do processo. Nós consultamos o Dr. Breno, e o que ele nos informou? Depois
 427 de fazer o upload de todos os documentos, esses documentos são analisados e
 428 verificados pela SEMAD e aí, sim, são disponibilizados pelo acesso ao visitante.
 429 Então funciona dessa forma. Faz a solicitação, o requerimento, o upload dos
 430 documentos. Isso tudo vai para a Secretaria e é analisado. Se for entregue a
 431 documentação exigível, se o processo tiver sido formalizado adequadamente,
 432 ele é disponibilizado. Salientando que no site da SEMAD tem um item de
 433 padronização. Lá nós temos a Instrução de Serviço 06/2019, que tem todos os
 434 procedimentos.” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “Só mais um esclarecimento.
 435 E entre a formalização do requerente e a análise do Estado até que isso se
 436 complete mais ou menos tem o tempo para essa análise ser feita?” Presidente
 437 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Desconheço, Lúcio. Mas aí qualquer coisa eu
 438 questiono de novo o Dr. Breno e trago a informação para o senhor.” **4) EXAME**
 439 **DA ATA DA 52ª REUNIÃO DA CMI.** Aprovada por unanimidade a ata da 52ª
 440 reunião da Câmara de Atividades Minerárias, realizada em 12 de novembro de
 441 2019, com as seguintes alterações: – Linhas 2.423 e 2.424, a expressão correta
 442 é: “O espaço para discricionariedade é feito durante a análise técnica.”; – Linha
 443 1.340, onde está escrito “IDE/Sisema”, leia-se “IS Sisema 1/2018”; – Linhas
 444 1.357 e 1.358, onde está escrito “Mas aqui é o caso”, leia-se “Mas aqui não é o
 445 caso”; – Linha 2.260, substituir a palavra “Sistema” por “Sisema”; – Linha 2.791,
 446 trocar “estudo” por “estudos”; – Linha 2.364, substituir o termo “com” por “como”;
 447 – Linha 2.405, trocar a palavra “quanto” por “quando”; – Linha 2.416, a
 448 expressão correta é: “Tanto que nas tipologias a serem aplicadas...”; – Linha
 449 3.484, onde está escrito “rápido, leia-se “rápida”. Votos favoráveis: Codemig,
 450 Federaminas, Segov, Crea, Ibama, Cefet, Ibram, Sindiextra, Sede e Sedese.
 451 Abstenções: AMM e Fonasc. **5) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME**
 452 **DE LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM LICENÇA DE INSTALAÇÃO E**
 453 **LICENÇA DE OPERAÇÃO. 5.1) AngloGold Ashanti Córrego do Sítio**
 454 **Mineração S/A. Lavra subterrânea exceto pegmatitos e gemas e unidade de**
 455 **tratamento de minerais (UTM), com tratamento a úmido. Santa Bárbara/MG.**
 456 **PA 00111/1988/038/2019, ANM nº 930.181/2008. Classe 5. Apresentação:**
 457 **Suppri. Retorno de vista: Ibram, Sindiextra e Fonasc. Conselheiro João**
 458 **Carlos de Melo**: “Esse processo de licenciamento da AngloGold Ashanti se trata
 459 de um requerimento para concessão de LP+LI+LO concomitantes, classe 5, nos
 460 termos da Deliberação Normativa 217/2007, para o empreendimento AngloGold
 461 Ashanti Córrego do Sítio Mineração S/A., localizado no município de Santa
 462 Bárbara, para as seguintes atividades: A0103-1, lavra subterrânea, exceto
 463 pegmatitos e gemas, aumento de operação de produção; mina subterrânea
 464 código A0502-0, unidade de tratamento de minerais (UTM) com tratamento a
 465 úmido, aumento operacional de produção, planta de beneficiamento da
 466 atividade como um todo. Esse processo foi devidamente disponibilizado em
 467 tempo hábil, devidamente formalizado e instruído com a documentação exigível,

estando formalmente regularizado, sem vícios durante todo o procedimento especificamente para as licenças solicitadas. É um pedido de vista conjunto Sindiextra e Ibram. Estamos de acordo com o parecer da Superintendência de Projetos Prioritários, pelo deferimento da licença ambiental na fase de Licença Prévia, de Instalação e Operação, para o processo COPAM 00111/1988/038/2019, para as atividades de tratamento de minério na UTM com tratamento a úmido, localizado no município de Santa Bárbara, pelo prazo de dez anos, vinculado às condicionantes e programas propostos. A licença prevê ainda a lavra subterrânea A0103-1, assim como citado no próprio parecer já citado. Esse é o nosso parecer.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “O Fonasc não apresentou relato de vista, mas é garantida a manifestação, embora não seja nada como a validade de vista.” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “Considerando o prazo de somente nove dias úteis entre a reunião extraordinária do dia 12 de novembro e a data para o envio dos pareceres de vista, assim como o fato de a análise e elaboração do parecer de vista do processo de licenciamento da Anglo American Minério de Ferro S/A ter demandado grande esforço e tempo, o Fonasc não pôde analisar esse processo de licenciamento da AngloGold Ashanti Córrego do Sítio Mineração S/A, em Santa Bárbara. A convocação de reuniões extraordinárias, para nós, constitui ofensa ao princípio da razoabilidade, que limita a discricionariedade administrativa, dando ao administrador a adoção de decisões inexecutáveis. Tal decisão prejudicou o Fonasc no adequado cumprimento de sua competência como membro do COPAM e o seu direito/dever de representante das organizações da sociedade civil na CMI/COPAM. Como o Fonasc ao longo dos dois últimos anos da CMI/COPAM já analisou outros processos de licenciamento nesse complexo minerário, vem manifestar desde já pelo indeferimento dessa licença, considerando que as informações recebidas de diversos moradores do entorno, associadas ao princípio da precaução, impedem que se defira mais uma licença para esse complexo minerário, que, pela sua magnitude e tempo de operação, deveria ser objeto de uma Avaliação Ambiental Integrada independente, de todas as suas estruturas, considerando os impactos cumulativos e sinérgicos na região de sua inserção frente à sustentabilidade ambiental de todo o entorno, em especial a disponibilidade hídrica e a estabilidade das barragens e pilhas. Ainda mais pela sua localização na bacia do rio Doce, que, após o rompimento da barragem de rejeitos da Samarco, necessita de atenção especial devido aos graves impactos socioambientais.’ Essa é a manifestação do Fonasc.” Conselheira Adriana Alves Pereira Wilken: “Só para dar uma lembrada aqui, foi a aplicação daquele artigo 8º da DN, mas aqui é uma ampliação no meio antrópico. Correto? Não tivemos tempo de debucar muito sobre esse processo, por causa dessas questões de reuniões muito próximas e muitos documentos para analisar no outro processo. Mas, pelo que eu li do Parecer Único, que eu não tive tempo de aprofundar, nesse me pareceu a questão da ampliação dentro do meio antrópico. Aí, sim, eu

511 acho que valeria aquela questão de usar o artigo 8º da DN 217, que não tem
512 vulnerabilidade do ambiente. Eu queria só que o pessoal da empresa, se puder,
513 confirmasse isso para mim, por favor.” Karla Brandão Franco/Suppri/SEMAD:
514 “Realmente, esse processo é uma ampliação de turno, efetivamente.
515 Atualmente, a AngloGold trabalha com três turnos, e a proposta é que aumente
516 um turno. Além de tudo, tem a criação de novos postos de emprego. Eles
517 lavram o ouro por meio de lavra subterrânea. A UTM que processa esse minério
518 já tinha uma capacidade instalada de 900 mil toneladas/ano, mas tinha uma
519 capacidade licenciada de 600 mil. Então estamos regularizando o aumento do
520 turno e ajustando a capacidade licenciada para a capacidade instalada da UTM.
521 Então não tem alteração de praticamente nenhuma estrutura. Há alguma
522 otimização de processo em questão de equipamentos, mas em questão de
523 ADA, de área de obra não tem absolutamente nada. Em questão de impactos,
524 pode ter alguma geração a mais de efluentes sanitários, por exemplo, pela
525 questão do aumento de funcionários. Mas eles também têm capacidade de
526 absorver isso, pelas nossas análises. Então por isso nós também analisamos a
527 possibilidade da reorientação para licença concomitante. Eu só queria fazer
528 uma observação com relação à manifestação do conselheiro Lúcio também. A
529 mina de Córrego do Sítio tem Avaliação Ambiental Integrada. Nós a estamos
530 utilizando, inclusive, como modelo e temos discutido muito com o Ministério
531 Público por causa da condicionante da Samarco, que foi o termo de referência
532 para Avaliação Ambiental Integrada. Eu não sei exatamente de onde partiu,
533 talvez a empresa possa falar. Mas como é um complexo que abrange uma área
534 relativamente grande, e chamam de Córrego do Sítio I e II, eles fizeram uma
535 Avaliação Ambiental Integrada da área, eles têm lavra subterrânea, disposição
536 de rejeito em cava. Nós vamos apresentar isso no momento da análise dos
537 outros processos, que citamos nesse parecer, inclusive, de ampliação da mina
538 que está em análise na Suppri também. Mas, como não era o momento de
539 apresentar essa discussão, por ser uma análise mais simples, esse processo
540 específico tem uma Avaliação Ambiental Integrada, e nós podemos trazer isso
541 depois para vocês. A antiga Superintendência de Gestão Ambiental também
542 está analisando isso. Eles têm barragem de rejeito no complexo minerário.”
543 Conselheira Adriana Alves Pereira Wilken: “Não tem incidência de fator
544 locacional. Correto?” Karla Brandão Franco/Suppri/SEMAD: “Tem incidência de
545 fator locacional, mas eles solicitaram a dispensa da análise do critério locacional
546 considerando os mesmos fatores da concomitância, considerando que não tem
547 intervenções em novas áreas. Então como são mina subterrânea e UTM nós
548 aceitamos a solicitação de dispensa do critério locacional porque não tem
549 nenhuma alteração com relação ao que eles já tinham antes. E essas
550 incidências dos critérios locais também estão em análise nos processos de
551 ampliação, principalmente.” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “Uma vez que
552 você falou que existe a barragem, tem estudo de dam break, PAE? E até aonde
553 essa lama chegaria no caso de um rompimento, de um hipotético rompimento?

554 Todas essas comunidades a jusante da barragem rejeito foram avaliadas e
555 estão contempladas no Parecer Único, nos estudos? Porque nós vemos, por
556 exemplo, no caso da Samarco, arrumaram um jeito de tirar a barragem do
557 Germano do licenciamento. Não estava em pauta, mas ela está lá, se acontecer
558 alguma interferência no processo de operação, e a barragem vir a romper, no
559 meu modo de ver, está todo intrínseco. E está escrito, inclusive foi manifestação
560 nossa, que tem moradores a jusante, e não foram incluídos. Então no meu
561 modo de ver não houve essa avaliação integrada. Da mesma maneira, no caso
562 da Anglo, houve avaliação integrada do empreendimento? Porque nem fala que
563 tem morador a jusante. Então vir aqui falar que tem avaliação integrada às
564 vezes fica muito fácil, mas eu não considero isso como uma avaliação total de
565 impacto e ainda cumulativo, se vier a acontecer.” Karla Brandão
566 Franco/Suppri/SEMAD: “Desculpa se não ficou claro. Primeiro, só para
567 esclarecer, existe barragem no complexo minerário do Córrego do Sítio. A
568 barragem não é objeto desse parecer. Ela é utilizada como operação no
569 complexo, mas não faz parte desse parecer. Por isso, nenhum desse tipo de
570 documento foi analisado nesse escopo. Tanto pela 12.334 como pela Portaria
571 7.389, da ANM, assim como pela Lei 23.291, que é a nossa lei estadual vigente,
572 essa documentação é vinculada ao processo de disposição de rejeito em
573 barragem. Uma vez que essa atividade não está contemplada nesse escopo do
574 licenciamento, então não entramos no mérito efetivamente dessas análises. Eu
575 não lembro agora, mas acredito que o nosso processo de ampliação não tem
576 também nenhum deles do Córrego do Sítio. Não pode ter, inclusive pela 23.291,
577 disposição em barragem. Talvez algum processo de revalidação, o
578 empreendedor pode falar se a revalidação está em análise na Suppri. Eu
579 também não lembro agora. Se tiver revalidação, essa documentação vai ser
580 apresentada no processo de revalidação das barragens também em análise. O
581 que eu falei da Avaliação Ambiental Integrada, conselheiro, é que existe um
582 estudo de Avaliação Ambiental Integrada do complexo. A nossa análise tenta
583 ser o mais sinérgica possível para o complexo minerário, mas nós não fizemos
584 essa análise nesse processo do complexo como um todo. Nós fizemos dessa
585 atividade solicitada. A análise do complexo como um todo e a Avaliação
586 Ambiental Integrada, foi feito o estudo de Avaliação Ambiental Integrada
587 específico desse complexo minerário, e ele vai ser apresentado ou dentro da
588 revalidação ou dentro da ampliação que está em análise dos processos
589 específicos. Eu só falei que existe, não que está apresentado dentro desse
590 processo.” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “Mais uma demonstração que nos
591 impede de entender e debater o complexo como um todo com essas partições
592 que são feitas de licenciamento de cada estrutura separada. Não tem
593 integração do processo do licenciamento qualquer que seja, nesse ou em
594 qualquer outro. Já que você está falando que nesse não tem, mas foi feito para
595 o outro. Então já começa, para mim, sem ter essa visão de integralidade. E
596 nessa efetividade que deveria ser, que sempre a Adriana está cobrando e que

597 nós estamos. É isso que nós esperamos que o Estado passe a fazer, porque vai
598 afetar a disponibilidade hídrica, afetar o meio ambiente. A destruição do
599 ambiente. Até que ponto então essa avaliação integrada foi feita efetivamente –
600 em qualquer empreendimento que seja – e está demonstrando que esse
601 empreendimento é viável ou não?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:
602 “Eu pelo menos entendi que o que a Karla estava colocando, conselheiro, é que
603 nesse processo ela só citou que o processo faz parte de uma Avaliação
604 Ambiental Integrada, que é feita, e que ela não trouxe isso para esse processo
605 justamente como forma didática. Se ela trouxesse essas questões de outros
606 processos aqui, nós estaríamos discutindo neste momento barragem de rejeito.
607 Então como forma didática achou-se por bem trazer somente o que era atinente
608 a esse processo.” Bruno Simoni/Representante do empreendedor: “Eu vou só
609 colocar alguns que foram levantados. É importante que esse processo vai
610 incluir, como modernização da nossa planta, um sistema que estamos
611 chamando de Ore Sorting, como se fosse uma pré-seleção do minério. O
612 minério passa por uma britagem, um sensor de raio-x, um sensor a laser, então
613 se consegue, depois de britado, separar o que é estéril e o que é minério. Se
614 imaginamos uma faixa de 900 mil toneladas saindo da mina, passa por essa
615 pré-seleção antes de ir para o processo em si, para a UTM. É um processo que
616 é uma inovação com relação à mineração de ouro e visa muito isto: diminuir a
617 quantidade de minério que vai para a planta para ter mais eficiência no
618 tratamento. Aumenta a concentração de ouro, o teor, naquela porcentagem que
619 vai para tratamento. Então é uma modernização significativa, uma mudança de
620 conceito na mineração de ouro. É importante falar que essa mina de Córrego do
621 Sítio chamamos narrow vein, ou veio estreito. A largura do minério com médias
622 simétricas, um ou dois metros. Então se imagina que para tirar esse minério de
623 dentro da mina subterrânea eu vou carregar um pouco do estéril que está junto.
624 É importante ter essa seleção antes. Tem otimização no processo. Então essa é
625 uma das modernizações que constam nesse processo. Outro ponto interessante
626 desse processo é que ele já inclui a filtragem. A filtragem de rejeito a seco já faz
627 parte desse processo, os filtros estão funcionando. Nós estamos com a
628 empresa aberta para conhecerem, para os conselheiros irem lá. É um processo
629 interessante. Tanto o Oro Sorting quanto a filtragem. E a intenção é que no ano
630 que vem a gente coloque o segundo filtro e provavelmente em 2021/2022 o
631 terceiro filtro e elimine totalmente o lançamento de rejeito para a barragem.”
632 Luís de Souza Breda/Representante do empreendedor: “Eu trabalho na equipe
633 de licenciamento ambiental da AngloGold Ashanti e queria falar rapidamente a
634 respeito da pergunta que a Karla fez em relação ao nosso Rada. A nossa
635 barragem está, sim, no nosso processo de revalidação de Licença de Operação,
636 mas, como o meu colega Bruno já disse aqui, nós já estamos na fase de
637 transição para disposição de rejeito a seco. Então, mais uma vez, até
638 2021/2022, nós pretendemos eliminar completamente a disposição de rejeito a
639 úmido e começar a empilhar. Só que esse processo de empilhamento também é

640 passível de licenciamento ambiental. Ele já está dentro do órgão ambiental, já
641 está sendo analisado. Então a nossa previsão é de dispor o rejeito total a seco,
642 não só parte dele, até 2021/2022, acabando com a questão da barragem.”
643 Teresa Viana de Freitas Corujo/Ambientalista: “Eu realmente lamentei que não
644 tivesse havido tempo para a gente olhar esse processo. Na CMI passaram
645 outras licenças desse empreendimento Córrego do Sítio. Na época eu tive
646 realmente a oportunidade de olhar mais profundamente, tanto fazer contato com
647 as pessoas que ficam no entorno quanto olhar esses detalhes. Reitero aqui o
648 que foi colocado pelo Júnior, eu entendo que esses complexos minerários que
649 são muito antigos – esse tem mais de 60 processos –vêm ao longo dos anos
650 ampliando ou aumentando a produção ou mudando estruturas – e agora é mais
651 essa nova licença – deveriam realmente passar por Avaliação Ambiental
652 Integrada. E quando falamos em Avaliação Ambiental Integrada não tem
653 sentido, didaticamente, não tratar nesse caso aqui e tratar só na revalidação.
654 Nós entendemos a Avaliação Ambiental Integrada um olhar técnico e completo
655 para esse complexo, considerando o que está hoje, considerando as pretensões
656 de continuidade, considerando uma análise do que era esse território antes, do
657 que foi perdido e fazendo um prognóstico da continuidade desse
658 empreendimento nesse território. Considerando, inclusive, outras variáveis que
659 ao longo desse tempo do Córrego do Sítio mudaram drasticamente. Não só a
660 questão das barragens de rejeito como, por exemplo, a questão das alterações
661 climáticas. Então a pergunta que eu faço para ter uma resposta da empresa e
662 da Suppri para constar em ata pelo menos é: foi feita uma Avaliação Ambiental
663 Integrada de um balanço hídrico nesse território no entorno do complexo
664 Córrego do Sítio, considerando essas alterações e as perspectivas climáticas
665 para a região Sudeste e fazendo um prognóstico disso para aquelas sub-bacias
666 que estão no entorno? Ainda mais considerando que a bacia do rio Doce, que
667 teve grandes perdas com a questão do rompimento da Samarco. A resposta
668 dada de que é mais didático não tratar neste momento de mais um
669 licenciamento e olhar antes essa Avaliação Ambiental Integrada eu não vejo,
670 por exemplo, qualquer sentido com o que é realmente uma previsão legal em
671 relação ao meio ambiente, que é a questão do princípio da precaução. O
672 princípio da precaução prevê que não se faça quando não se tenha certeza
673 absoluta. Então quando se fala de Avaliação Ambiental Integrada de um
674 complexo minerário, pelo menos quando colocamos, é esse olhar para isso, e
675 não existe como justificar que didaticamente, talvez em nível processual, pode-
676 se tratar de mais esse licenciamento deixando para trazer a Avaliação
677 Ambiental Integrada, posteriormente, quando for a revalidação. Porque nós
678 estamos falando de sustentabilidade ambiental e social, de novos cenários, de
679 um complexo minerário que não começou agora, que já tem muitos anos de
680 interferências, impactos e perdas ambientais naquele território. Então só para
681 deixar claro que nós falamos de Avaliação Ambiental Integrada nisso. A
682 questão, por exemplo, da contaminação, que reiteradamente se colocava no

683 parecer de vista: foi feita uma Avaliação Ambiental Integrada do limite de
684 suporte, das questões ligadas a contaminação tanto das águas superficiais
685 quanto das águas subterrâneas no entorno desse complexo? Como está essa
686 questão da contaminação da água superficial e subterrânea? Comparando,
687 inclusive, como era esse território antes desse complexo e comparando com a
688 situação atual e prognóstico do futuro, inclusive, que foi já afirmado que já tem
689 processo de licenciamento de ampliação. Então essa que parece uma mera
690 discussão conceitual, para nós, não tem nada a ver com conceitual, ela é
691 embasada no direito ambiental. E reiteradamente continuamos observando, por
692 parte de quem trata dessas questões, não tratar isso da forma que tem que ser
693 tratada e vai se licenciando de forma fragmentada. Essa é a minha contribuição.
694 Reitero que realmente nós entendemos o Córrego do Sítio um dos complexos
695 minerários que demandariam, antes de qualquer nova licença, de qualquer que
696 seja a estrutura, uma Avaliação Ambiental Integrada consistente para avaliar a
697 viabilidade da continuidade nesse território, que está colocado que é o
698 município de Santa Bárbara.” Lauro Dias Amorim/Representante do
699 empreendedor: “Respondendo às questões levantadas pela Maria Teresa,
700 primeiro, esse processo trata especificamente de apenas uma oportunidade de
701 aumento de turno e aumento da taxa de produção e da inserção de duas
702 tecnologias novas nesse complexo. A primeira é a separação através de um
703 equipamento chamado Oro Sorting, em que vamos reduzir a massa tratada e,
704 consequentemente, o rejeito disposto atualmente na estrutura. Além disso, já
705 tem implantado um filtro que contribuiu de forma significativa para maximizar a
706 disposição de rejeito seco no complexo, que também já existe há muito tempo,
707 reduzindo assim o aporte de rejeitos na barragem. Com relação à Avaliação
708 Ambiental Integrada, já foi feita há algum tempo, compreende os prognósticos
709 não só atuais, mas aquilo que a empresa entendia como o seu futuro, com as
710 perspectivas de geologia e todas as informações pertinentes ao momento. Ela
711 contemplou, sim, não só a parte de recursos hídricos, mas também uso do solo
712 e intervenções na nossa propriedade e no entorno. Especificamente quanto a
713 esse processo, muito embora aumente a taxa, não há nenhum tipo de aumento
714 no consumo de água ou mesmo rebaixamento, porque a área lavrada é a
715 mesma que está no projeto, que foi apresentada no projeto da mina
716 subterrânea, já licenciado. Além disso, com relação às contaminações
717 questionadas pela Maria Teresa, nós temos monitoramento – não só na nossa
718 propriedade, mas no entorno – de água subterrânea e superficial, e os
719 monitoramentos hoje demonstram que todos os parâmetros previstos na
720 legislação estão atendidos. Não só aqueles pertinentes aos efluentes, mas, sim,
721 as contribuições do entorno.” Conselheiro Newton Reis de Oliveira Luz: “A
722 minha opinião pessoal em relação a esse projeto, primeiro, é o seguinte.
723 Sempre que estamos tratando de projeto de mineração, nós estamos falando,
724 na grande maioria deles, em mineração a céu aberto. Esse é um projeto
725 peculiar, que é a mina subterrânea. E como já foi dito tanto pela representante

726 da SEMAD, a Karla, quanto pelos representantes do empreendedor, primeiro, o
727 impacto, se existe, o pouco de impacto, na minha visão, está restrito à mina
728 subterrânea. Não tem nenhum impacto externo. No caso da operação da mina
729 propriamente dita, o que está sendo feito? É como eles falaram. Quando se
730 retira o minério da mina e faz uma pré-seleção por esse processo Ore Sorting,
731 tem um sistema que permite que diminua significativamente a massa que vai ser
732 processada. Consequentemente, a possibilidade de geração de rejeito é bem
733 menor. A etapa seguinte é a filtragem. O que já está sendo feito e o que está
734 projetado para ser feito futuramente com inclusão de filtro prensa, que diminui
735 significativamente também o que vai ser retirado de lá como rejeito. O processo
736 anterior de Córrego do Sítio já foi liberado em outras licenças anteriores. A
737 planta atualmente opera com capacidade ociosa. Se eu estiver falando alguma
738 coisa imprópria, eu peço ao pessoal da empresa que me corrija, por gentileza.
739 No meu entendimento, como a planta tem uma capacidade que absorverá
740 certamente essa ampliação, não haverá grande impacto. Nós precisamos
741 entender que a água subterrânea em uma situação dessa é de uma ampliação.
742 Então não vai haver uma mudança. No plano de lavra que originalmente foi
743 feito, essa ampliação está perfeitamente compatível, não está alterando nada.
744 Se tem uma camada relativamente estreita de minério, quando você está
745 fazendo a lavra disso, é natural que haja uma diluição do minério. Então vai sair
746 junto com o minério uma certa quantidade, até para poder operar dentro da
747 galeria. Então eu vejo por esse lado, tecnicamente. Essa é a minha visão, não
748 vejo maiores problema nisso.” Conselheira Maria Eugênia Monteiro: “Eu tive a
749 oportunidade de ouvir a empresa e acho que seria interessante também que
750 fosse colocado que no próprio processo de lavra, além de ser subterrâneo, eles
751 utilizam um sistema remoto. Então poderia ser motivo de risco para a operação
752 em si, mas o próprio processo de lavra subterrânea não é motivo de risco uma
753 vez que é operado de forma remota, ou seja, eles evitam a atuação dos próprios
754 funcionários nessa remoção. Além disso, eu achei muito interessante também a
755 inovação do Ore Sorting. Muito em função não só da diminuição da massa de
756 minério a ser processada, mas é importante pontuar que essa redução implica
757 também em uma redução de geração de rejeito. E mais uma vez lembrando, no
758 paralelo que fazemos com a mineração de ferro, os volumes lavrados são muito
759 menores. Então eu acho que são pontos que devem ser lembrados em relação
760 ao impacto ambiental do empreendimento como um todo. Eu acho que esses
761 motivos, aliados à questão da filtragem, o que vai implicar em mais uma
762 redução do uso de barragem, eu acho que a empresa tem essa visão, essa
763 preocupação de atuar exatamente no sentido de utilizar a inovação tecnológica
764 a serviço do meio ambiente.” Karla Brandão Franco/Suppri/SEMAD: “Eu só vou
765 ressaltar que essas últimas observações não são diretamente vinculadas à
766 análise do processo. Mas como a Sra. Maria Teresa pediu que nós nos
767 manifestássemos. A Avaliação Ambiental Integrada é um estudo específico de
768 análise do empreendimento, de análise de um complexo minerário ou análise de

769 alguma atividade potencialmente poluidora. Atualmente, a única
770 regulamentação que tem no Estado que obriga a Avaliação Ambiental Integrada
771 de algum tipo de atividade é vinculada às PCHs, que é a DN 229/2018. Apesar
772 de o empreendedor ter se proposto a fazer uma Avaliação Ambiental Integrada,
773 ela não faz parte do termo de referência dos estudos ambientais apresentados
774 dentro do licenciamento. Então a Avaliação Ambiental Integrada tem por
775 conceito analisar o território antes e depois do empreendimento em um espaço
776 territorial e temporal. O objetivo da Avaliação Ambiental Integrada é exatamente
777 esse. O empreendedor fez esse estudo, inclusive, com o objetivo do próprio
778 Masterplan, a questão operacional, a questão de desenvolvimento do negócio.
779 E no Estado também está em desenvolvimento a questão da avaliação
780 estratégica, considerando as atividades minerárias no Estado. Então nós temos
781 também a intenção de aliar a avaliação ambiental com a avaliação estratégica.
782 Mas o que eu quero ressaltar é que isso não faz parte do termo de referência
783 dos estudos ambientais analisados no licenciamento. Por isso, inclusive, a
784 nossa ideia de trazer isso no momento posterior como um ganho ambiental,
785 como uma análise complementar aos estudos ambientais, que tenha uma
786 análise sinérgica, uma análise complementar do complexo. São coisas
787 diferentes, são estudos complementares, não são estudos obrigatórios ainda
788 vinculados a nenhum tipo de regulamentação para a atividade minerária em
789 Minas Gerais hoje. Com relação à contaminação subterrânea superficial, eu
790 acho que o empreendedor já falou, mas ele tem licença válida, a Licença de
791 Operação para o complexo, e esse tipo de monitoramento é vinculado à Licença
792 de Operação. Inclusive nesse processo nós não solicitamos nenhum tipo de
793 monitoramento novo porque julgamos que os monitoramentos realizados são
794 satisfatórios e também não verificamos nenhuma alteração. Nós pedimos que a
795 periodicidade inicial fosse diminuída, que fossem feitos monitoramentos mais
796 frequentes no início para garantir que não tenha nenhuma sobrecarga ou
797 alteração dos parâmetros no momento em que esse turno seja colocado em
798 operação. O balanço hídrico é analisado no momento das concessões das
799 outorgas. Então, uma vez que eles também têm outorgas válidas para as
800 captações ou rebaixamento para o uso dos recursos hídricos no complexo
801 minerário, esse balanço foi analisado para a concessão das outorgas. E
802 finalmente a questão de solo e áreas contaminadas: existe também uma
803 regulamentação específica no Estado, e esses documentos também são
804 formalizados no momento da licença, e a FEAM tem uma gerência específica
805 que analisa isso. A partir do momento em que o empreendedor declarou que
806 não existem áreas contaminadas nem potencial para isso, nós também fazemos
807 a fiscalização. Mas existe a Deliberação Normativa 116/2008, que é específica
808 para esse tipo de análise. Então eu só quis trazer esses esclarecimentos,
809 porque não estão nesse processo, porque não são o escopo, mas fazem parte
810 do escopo da SEMAD de avaliação dos processos como um todo. Mas no
811 complexo que tem a Licença de Operação vigente os monitoramentos estão

812 sendo realizados como controle dos impactos gerados.” Conselheira Adriana
813 Alves Pereira Wilken: “Eu discordo quando se fala que não há instrumento
814 normativo para que se deva avaliar os impactos cumulativos e sinérgicos. Na
815 verdade, tem.” Karla Brandão Franco/Suppri/SEMAD: “Exatamente o contrário
816 que eu falei. Os estudos ambientais nos fazem avaliar os impactos cumulativos
817 e sinérgicos. O que não obriga é a Avaliação Ambiental Integrada do complexo
818 no Regional, mas a nossa obrigação é analisar os impactos cumulativos e
819 sinérgicos. Desculpa se não deu a entender isso.” Conselheira Adriana Alves
820 Pereira Wilken: “Porque a Conama 01/86 fala. O que são os impactos
821 cumulativos? São os impactos que se somam. E os impactos sinérgicos são os
822 que se multiplicam. Mas não estamos falando só de área de projeto. E só fala
823 de área de projeto, de avaliação de impacto ambiental de projeto. É muito mais
824 do que avaliação integrada do empreendimento. Nós deveríamos estar
825 avaliando o impacto de vários empreendimentos na região. Isso não fazemos,
826 essa avaliação ambiental, que na verdade é Avaliação Ambiental Estratégica.
827 Nós só fazemos de área de projetos individuais e nem para projetos individuais
828 olhamos os cumulativos, sistematicamente, em todos os processos. Não se faz
829 no Estado? Não se faz no Brasil. Nós não temos Avaliação Ambiental
830 Estratégica, infelizmente, e vamos ter que melhorar muito nesse sentido. Eu
831 conheço essa DN do COPAM que fala sobre as PCHs, que traz essa
832 obrigatoriedade da Avaliação Ambiental Integrada para as PCHs, mas de uma
833 forma geral ela já deveria ser contemplada por causa da Conama 01/86 para
834 qualquer tipo de atividade. Mas isso ainda precisamos melhorar, porque nós não
835 fazemos avaliação de impactos cumulativos e sinérgicos, não fazemos
836 sistematicamente. E não só de um projeto, temos que fazer de vários projetos
837 em uma mesma bacia hidrográfica, minimamente.” Conselheiro João Carlos de
838 Melo: “Essa questão de Avaliação Ambiental Estratégica vem de uma série de
839 exemplos que vêm sendo desenvolvidos no mundo como um todo. Acontece
840 que o primeiro passo dado nessa questão específica se refere a bacia
841 hidrográfica de jusante de PCHs e hidrelétrica de um determinado porte, em
842 função daquela pegada ambiental que essas regiões têm. No caso específico
843 que se fala aqui, iniciou-se um processo de Avaliação Ambiental Estratégica
844 aqui em Minas Gerais na questão do aeroporto de Confins, lá na fase inicial, e
845 sequer foi concluído tudo isso. Isso que a conselheira do Cefet comentou,
846 exatamente, no Brasil, não se adota essa questão de Avaliação Ambiental
847 Estratégica e nem sequer há um modelo, um termo de referência para a
848 avaliação, para outras atividades que não sejam essa questão de geração de
849 energia naquela bacia específica. O que se vem pleiteando e se avaliando como
850 um todo é a necessidade e a demanda de se fazer isso. Mas essa questão de
851 Avaliação Ambiental Estratégica, como a própria conselheira comentou, são
852 situações e levantamentos regionais que implicam, inclusive, em posição de
853 governo. Tanto é que a Avaliação Ambiental Estratégica, dentro da própria
854 legislação básica, prevê que concerne ao governo. É o governo que tem que

855 fazer. A intenção é do governo de desenvolver certa região em detrimento de
856 outra e desenvolver certos parâmetros de desenvolvimento socioeconômico da
857 região em função do potencial que a região apresenta, em função da sua
858 capacidade de uso, em função da sua capacidade futura. Isso abrange uma
859 região muito mais ampla do que projetos específicos. É lógico que todos esses
860 projetos e processos convalidam aquilo que vai ser feito em uma região bem
861 mais ampla, mas implicam em metas governamentais. Por exemplo, rede
862 ferroviária, ampliação da rede rodoviária brasileira como um todo, Norte, Sul,
863 tudo isso implica em uma Avaliação Ambiental Estratégica inerente à região. A
864 questão de portos na região Amazônica é outra questão inerente a toda uma
865 Avaliação Ambiental Estratégica que envolve tudo isso. Ou seja, como se fala
866 muito aqui em Minas Gerais, em mineração, em Avaliação Ambiental
867 Estratégica, isso é meta de governo. Essas definições competem, quer queira,
868 quer não, pela própria regimentação, à própria Secretaria de Desenvolvimento,
869 estadual, e ao próprio Ministério do Planejamento como um todo. O que vem se
870 fazendo é uma avaliação detalhada de alguns procedimentos. E nesse caso
871 específico eu gostaria de ler mais uma vez o que foi comentado sobre esse
872 processo de licenciamento ambiental a que nós estamos fazendo referência.
873 Tanto de ampliação de empreendimento já licenciado por meio de um processo
874 administrativo de 2011, todavia, há que se considerar que a presente avaliação
875 prevê uma série de reduções na atividade. Ou seja, é um ponto dentro do
876 complexo. Se pudéssemos chamar a mineração como um todo de um
877 complexo, que é também uma coisa muito mais ampla. Complexo agroindustrial,
878 complexo petroquímico, exatamente isso seria um complexo. Uma situação
879 específica da mineração, é uma pequena porção dessa mineração, que fez
880 essa solicitação desse tratamento. A modificação do próprio tratamento em si,
881 prevendo a redução da quantidade que é tratada do minério lavrado em função
882 dessa nova implantação que vai ser dada a partir dessa solicitação de
883 modificação do licenciamento de operação. Complementar a tudo isso, vai haver
884 uma redução na disposição de estéril, na disposição de rejeito, assim como se
885 prevê a instalação de filtros-prensas para encerrar de vez todas as questões
886 disposição em barragem nos próximos dois anos. Para os senhores terem uma
887 ideia, com essa demanda de conservação específica de rejeitos e estéril a
888 serem depositados, não existe filtro-prensa no Brasil disponível para o próximo
889 ano. Então são certas nuances que nós temos que avaliar a tecnologia como
890 está sendo evoluída e o que pode ser feito a mais em tudo isso. Como já
891 comentamos, nós somos totalmente favoráveis a esse procedimento, porque
892 isso vai dar uma nova luz à questão da mineração de ouro como um todo. O
893 empreendimento que a empresa vem fazendo é de extrema significância. Eu
894 não estou autorizado, mas acho que a empresa permite isso: os conselheiros
895 que quiserem podem fazer uma visita bem pormenorizada a essas estruturas
896 que estão sendo implementadas exatamente para verificar essa evolução do
897 processo e do tratamento. Sumarizando, então eu sou totalmente favorável a

esse procedimento. Isso é uma inovação na metodologia de tratamento de minério e propiciará um pouco mais de eficácia no procedimento, no processo, sem contar sobre as questões inerentes à ampliação da demanda de mão de obra, da redução de disposição de rejeitos e, conseqüentemente, da redução também dos rejeitos que seriam dispostos nessa barragem já existente, prevendo que a partir de dois a três anos não mais vai haver disposição em barragem, todos os rejeitos serão tratados a seco e terão empilhamento a seco também. Eu estou à disposição e, se a empresa quiser se manifestar nesse sentido, eu solicitaria alguma complementação. Eu tentei ser o mais breve possível, mas a ideia básica é exatamente essa.” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “De acordo, inclusive, com a manifestação do João, há um novo rumo, um caminho que está sendo tomado pelas mineradoras de empilhamento a seco e tal, mas nós precisamos ter dois rompimentos gravíssimos em Minas Gerais para as partes do Estado e dos empreendedores, inclusive, aqui representados pelo João, para se começar a ter uma mudança nesse sentido. Sem falar nos outros rompimentos menores que tiveram também. Então nós temos que antecipar as decisões que forem melhores para as pessoas, para o meio ambiente e parar de ver só o capital, a Bolsa de Valores, a empresa estando valorizada e precisa de licenciar, porque se não licenciar o capital perde, os acionistas perdem. Então nós temos que mudar isso de maneira, no meu modo de ver, radical, se queremos realmente ter algum avanço sustentável nesses licenciamentos do Estado. E sobre esse licenciamento, até certo ponto do entendimento aqui, se está havendo aumento de produção, nós entendemos que vá haver também aumento de rejeito. Apesar de que é louvável estar se direcionando para o empilhamento a seco. Mas de certa forma hoje não está concluído, e vai haver uma disposição ainda, durante um certo tempo, de rejeito. Inclusive, nós entendemos isso. Se está aumentando a produção, vai haver esse aumento de rejeito. E isso, de certa forma, está diretamente relacionado com a barragem que existe lá como isso, no meu modo de ver, não é avaliado. ‘Nós não estamos tratando aqui do licenciamento da barragem de rejeito’, mas, se está aumentando a produção, vai aumentar também a disposição lá. E isso não está sendo avaliado. Em relação à avaliação ambiental integrada e estratégica o TCE já fala isso, já direciona, já menciona essa falha nos licenciamentos do Estado e exige do Estado nesse sentido. Foi falado aqui pelo superintendente que o Estado está começando a fazer isso, já tem um projeto, já está fazendo essa avaliação. Mas até quando? Como isso vai ser implantado, quando vai começar? Porque isso realmente delinea, naquela região, naquele projeto, a viabilidade ambiental ou não. Se não começa com isso, vem um projeto todo partido aqui para nós ficarmos debatendo. Na hora que se coloca só essa caixinha aqui para debater, tudo beleza. Mas e o todo? Realmente, poderia ter outros impactos. Mas não avaliamos e não temos essa dimensão.” Conselheiro João Carlos de Melo: “Eu gostaria só de mais um esclarecimento ao nobre conselheiro, uma vez que o que está se tratando

941 especificamente dessa questão é uma parte do empreendimento como um todo.
942 Como já foi citado aqui, quando da revalidação – eu não gosto da palavra
943 ‘renovação’ – da licença de todo o processo que vai ser unificado como um
944 todo, aí, sim, tudo isso vai ser tratado. Hoje o que está se prevendo, que está se
945 propondo e se tentando fazer o licenciamento é uma operação específica,
946 basicamente, de um avanço de lavra dentro do mesmo projeto de lavra já
947 aprovado, com a viabilidade de um processo diferenciado. Ou seja, é o primeiro
948 implantado no Brasil com esse porte, é um projeto pioneiro, mas um projeto em
949 pequena escala. A tecnologia já existe em outras partes do mundo e vem sendo
950 aproveitada aqui. Quando o senhor fala de riscos de acidentes sérios na
951 mineração, nós concordamos, esses procedimentos têm que ser reavaliados e
952 vêm sendo reavaliados. Todo procedimento nosso, do Ibram, vem caminhando
953 exatamente nesse sentido nos quatro ou cinco últimos anos, não só no
954 momento agora, mas em função das tecnologias que haviam até então. Tudo
955 isso vem sendo reavaliado, reprocessado. Nós participamos diretamente da
956 desativação dessas barragens de alçamento a montante, participamos do
957 Comitê exatamente avaliando tudo isso. E nessa sequência eu acho que a
958 sociedade como um todo, os empreendimentos como um todo se desenvolvem
959 de forma harmônica ou não em função das suas demandas, em função daquele
960 potencial de uso que cada região pode ter, em função da sua capacidade como
961 um todo. O que deve ser avaliado – inclusive a questão da Avaliação Ambiental
962 Estratégica prevê exatamente isso – é em relação às questões econômicas
963 inerentes ao desenvolvimento, até onde aquele sítio, aquela região tem
964 capacidade de absorver. Isso é feito em qualquer lugar do mundo, exceto no
965 Brasil. Quando se compara, hoje a Espanha tem um projeto específico
966 interessante nessas áreas, a Avaliação Ambiental Estratégica em função do seu
967 potencial de uso, em função da sua capacidade, em função do seu uso
968 sustentável e do que isso representa para aquela comunidade de entorno. Isso
969 tem que ser avaliado. Fala-se muito do setor produtivo, no que isso interfere e
970 tudo mais, mas temos que pensar naquelas comunidades que tem ali, na
971 expansão urbana que aquilo representa. Havia nos anos 60, 70... Eu estou
972 sendo um pouco longo, mas talvez seja necessário relembrar alguns fatos.
973 Previa-se a instalação de algumas cidades no Brasil – e aqui em Minas Gerais
974 havia algumas – onde o governo federal, em consonância com o governo
975 estadual, iniciaria exatamente essa questão de Avaliação Ambiental Estratégica
976 envolvendo alguns segmentos. Como exemplo, desenvolver Sete Lagoas e
977 Governador Valadares para que grandes populações não migrassem para Belo
978 Horizonte, a capital, ou não migrassem para grandes centros. Isso foi tentado
979 em determinado período até que esses programas se esvaíram, e hoje o que se
980 observa. As grandes comunidades vêm crescendo cada vez mais em função de
981 não terem uma capacidade de uso e de suporte para aquelas necessidades
982 mínimas dessa população. Isso também é uma falha. Nós devemos avaliar as
983 questões ambientais e as questões de desenvolvimento de uma forma conjunta,

984 não é possível avaliar isso de uma forma separada desse contexto.”
 985 Conselheira Adriana Alves Pereira Wilken: “Eu só fiquei com uma dúvida,
 986 porque eu tinha entendido que esse processo, com essa tecnologia nova, ia na
 987 verdade reduzir a vazão de rejeito para a barragem que existe. Eu queria que o
 988 pessoal da empresa falasse. É isso mesmo, vai reduzir em quanto por cento?
 989 São 40%?” Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “Se vai haver aumento de
 990 produção, nós entendemos que vai haver ou vai continuar a disposição de
 991 rejeito. Então tem a interferência também na barragem de rejeito do
 992 empreendimento. A quantidade disso em percentagem eu não sei, mas acharia,
 993 no meu modo de ver, que deveria estar sendo colocada também. Não em
 994 relação ao licenciamento desse ou daquele item específico do
 995 empreendimento.” Michele Simões e Simões/Suppri/SEMAD: “Com o aumento
 996 da lavra e da UTM, está explícito no parecer, na caracterização, na parte de
 997 disposição de rejeito, isso que você perguntou. A estrutura que vai receber o
 998 rejeito está licenciada e tem capacidade para isso justamente por causa dos
 999 sistemas que o empreendimento está implantando para dar mais eficiência para
 1000 esse tratamento, para diminuir o tratamento, na verdade, na UTM, o que vai
 1001 continuar fazendo com que a estrutura da barragem consiga receber o rejeito.”
 1002 Lauro Dias Amorim/Representante do empreendedor: “Só para confirmar o
 1003 questionamento da Adriana, do Cefet. Sim, com a introdução do Ore Sorting e
 1004 os testes até hoje executados a gente consegue até 50% de redução da massa
 1005 ROM, e com a filtragem também vai aumentar, maximizar a disposição de
 1006 rejeito. Mesmo aumentando a produção, há uma redução de disposição de
 1007 rejeito em função das duas tecnologias que são implantadas concomitante.
 1008 Além disso, já tem um filtro-prensa funcionando, e vão ser implantados mais
 1009 dois, que vão aumentar o rejeito seco, reduzindo no final a disposição de rejeito
 1010 em barragem.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço o
 1011 empreendedor, agradeço a equipe. Eu acho que nós podemos dar andamento e
 1012 colocar em votação o processo. Depois o Dr. Anderson vai fazer uma
 1013 observação sobre aquilo que o senhor questionou. Senhores conselheiros, em
 1014 votação o item 5.1 da nossa pauta, AngloGold Ashanti Córrego do Sítio
 1015 Mineração S/A, PA 00111/1988/038/2019, ANM 930.181/2008. Em votação.
 1016 Votos favoráveis: Codemig, Federaminas, Segov, Crea, Ibama, Cefet, Ibram,
 1017 Sindixtra, Sede, Sedese e ANM. Voto contrário: Fonasc.” Justificativa de voto
 1018 contrário. Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: “Pelo que foi a minha manifestação
 1019 sobre esse empreendimento.” Anderson Silva de Aguilar/SEMAD: “Só
 1020 respondendo o questionamento feito pelo conselheiro Lúcio Guerra sobre a
 1021 inclusão na pauta, anteriormente, da Anglo American e depois foi retirado o item
 1022 da pauta. O que aconteceu? Não só a pauta da CMI, como todas as pautas do
 1023 COPAM, inclusive, do próprio Plenário, nós fazemos uma pré-pauta. Essa pré-
 1024 pauta é validada, vai para o site e no outro dia sai publicada no ‘Diário Oficial’. O
 1025 que aconteceu nesse caso é que a pré-pauta não havia sido validada e foi
 1026 exposta no site. Ela ficou de forma equivocada no site 15 minutos. Após os 15

1027 minutos, foi verificado que houve um equívoco administrativo. Isso aconteceu no
1028 horário normal de expediente, então cumpre o requisito da Lei 14.184. Então no
1029 mesmo horário de expediente, após esses 15 minutos, foi publicada a pauta.
1030 Essa então foi publicada no 'Diário Oficial' no outro dia e é a pauta válida. Não
1031 havendo nenhum vício ao processo." Conselheiro Lúcio Guerra Júnior: "Eu
1032 entendo a justificativa de que ela foi colocada, e, porque não foi publicada,
1033 retirou. Mas nesse intervalo o motivo real de não ter sido publicada não está
1034 explícito. Eu queria só aproveitar e gostaria, inclusive, que tivesse inclusão na
1035 ata, em relação a uma fala que eu fiz. Eu só gostaria de complementar. Na hora
1036 que eu falei em relação a isonomia, eu entendo os deveres e direitos de cada
1037 ente, seja municipal, federal, estadual. Mas, como fazem de um sistema único,
1038 de meio ambiente, de licenciamento, deveriam ser no mínimo ouvidos. E no
1039 caso em espécie que foi falado aqui, apesar de ter sido solicitado pelo
1040 secretário, nem essa possibilidade o Estado deu ao município de Conceição do
1041 Mato Dentro. Então é nesse sentido, inclusive, que eu quis fazer aquela
1042 manifestação." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Com todo respeito,
1043 conselheiro, eu discordo do senhor. Os municípios são ouvidos, nós fazemos
1044 várias reuniões com eles, e o próprio Dr. Anderson aqui abriu o gabinete se
1045 colocando à disposição para recebê-los." **6) PROCESSO ADMINISTRATIVO**
1046 **PARA EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 6.1) Anglo American Minério**
1047 **de Ferro S/A. Extensão da Mina do Sapo. Barragem de contenção de**
1048 **resíduos ou rejeitos da mineração e pilhas de rejeito/estéril. Conceição do**
1049 **Mato Dentro e Alvorada de Minas/MG. PA 00472/2007/016/2019, ANM nº**
1050 **830.359/2004, 832.978/2002 e 832.979/2002. Classe 6. Apresentação:**
1051 **Supram Jequitinhonha. Retorno de vista: Ibram, Sindixtra e Fonasc.**
1052 **Processo retirado de pauta pela Presidência em atendimento a recomendação**
1053 **do Ministério Público, conforme justificativas registradas no item 3,**
1054 **'Comunicados dos Conselheiros e Assuntos Gerais'. 7) PROCESSO**
1055 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE**
1056 **OPERAÇÃO. 7.1) Mineração Duas Barras Ltda. Lavra em aluvião, exceto**
1057 **areia e cascalho, extração de areia e cascalho para utilização imediata na**
1058 **construção civil, pilhas de rejeito/estéril e unidade de tratamento de**
1059 **minerais (UTM), com tratamento a úmido. Olhos D'Água/MG. PA**
1060 **00063/2002/007/2019. Classe 5. Apresentação: Supram Norte de Minas.**
1061 **Processo retirado de pauta pela Presidência conforme justificativas registradas**
1062 **no item 3, 'Comunicados dos Conselheiros e Assuntos Gerais'. O**
1063 **empreendedor solicitou o arquivamento do processo. 8) ENCERRAMENTO.**
1064 **Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Yuri Rafael de**
1065 **Oliveira Trovão agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão,**
1066 **da qual foi lavrada esta ata.**

APROVAÇÃO DA ATA

1069

1070

1071

Yuri Rafael de Oliveira Trovão
Presidente da Câmara de Atividades Minerárias